

HISTÓRIAS DE MULHERES: A PROBLEMÁTICA DAS FONTES

Yonissa Marmitt Wadi*

Resumo: O artigo apresenta uma síntese de discussões que cercam a problemáticas das fontes para a reconstrução da história das mulheres, apontando as dificuldades desta tarefa e as alternativas construídas pelos pesquisadores que se voltam ao resgate das mulheres como personagens históricos.

Unitermos: mulheres, história das mulheres, fontes históricas, documentos, arquivos privados.

Sempre que os historiadores tentam ampliar o campo da disciplina história, colocando em discussão novos problemas de pesquisa, incorporando novos objetos e buscando novas abordagens, de saída emerge o problema das fontes para reconstruir a história. Neste sentido, uma mesma questão reaparece toda vez que a comunidade de historiadores busca ou dirige-se para novos caminhos: existem documentos específicos, utilizáveis ou privilegiáveis, que possibilitem resolver novas problemáticas, atingir novos objetos e construir novas abordagens? Como ouvir por exemplo, a voz dos marginais do passado, pergunta Jean-Claude Schmitt (1990, p.284), “quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais mas não os deixavam falar”¹

Os historiadores têm dado respostas variadas sobre a existência de documentos que permitam percorrer novos caminhos. É possível seguir o exemplo dos próprios “historiadores dos marginais” que utilizam para reconstruir a história destes grupos sociais, na maior parte dos casos, os arquivos e documentos diversos

* Professora do Departamento de História e Geografia - Universidade Estadual do Oeste do Paraná / UNIOESTE (Campus de Toledo).

¹ Para uma melhor compreensão do que Schmitt chama de “marginais” ou “história dos marginais”, bem como dos fenômenos relacionados a esta história, ver do próprio autor “A história dos marginais” (in LE GOFF, 1990, p.261-290) ou o verbete “Marginais” de Arlete Farge (in BURGHIÈRE, 1993, p.514-515).

que emanam dos centros do poder, da cultura e da fortuna², porém dando a eles um novo tratamento. Isto, segundo Schmitt (1990, p.284-5), permite ouvir a voz daqueles mas também possibilita depoimentos e releituras sobre a própria história do centro.

Ao mesmo tempo, porém em menor quantidade, pois vêm das margens, outros documentos emergem permitindo reconstruir esta história invertida: tradições orais, histórias de vida, imagens, fotografias, cartas, diários...

Quando os novos caminhos trilhados pela História evidenciam a existência de outros personagens a serem resgatados, dentre estes *as mulheres*, esta situação parece tornar-se mais complicada. Se a história tradicional tornou personagens principais, determinados grupos sociais dominantes, numa história essencialmente política, às mulheres — habitantes do “privado” —, mesmo quando pertencentes a estes grupos sociais, pouco ou nenhum espaço restou nas fontes tradicionais. Neste sentido, cabe a observação de Albertina Costa (1996, p.67) indicando que ao tratar-se da história das mulheres criou-se toda uma celeuma em torno das fontes, consideradas muitas vezes um obstáculo intransponível, pois a condição do resgate das mulheres pela história seriam as pistas deixadas. Estas no entanto, seriam praticamente nulas ou então, por serem de autoria masculina, estariam inevitavelmente colocadas sob suspeição. Para uma melhor compreensão desta “celeuma” indicada por Costa, vejamos algumas posições de pesquisadores(as) que se ocupam em seu *métier* deste tema.

Segundo a historiadora Michelle Perrot (1989, p.9-10) existe ainda hoje, uma ausência quase total das mulheres no nível da narrativa histórica, que amplia-se por uma “carência de pistas no domínio das ‘fontes’ com as quais se nutre preferencialmente o historiador, devido à deficiência dos registros primários”. Pesquisas da autora sobre o século XIX, evidenciam que aqueles que dominavam a escritura da história — administradores, policiais, juizes ou padres — deixaram pouquíssimos registros que dissessem respeito às mulheres, vistas como categoria indistinta e destinada ao silêncio. Quando estes escriturários da história fizeram referências as mulheres, nas ocasiões em que notaram sua presença — especialmente no espaço público, em uma manifestação ou reunião —, recorreram a estereótipos como:

² Como por exemplo, arquivos de tribunais de justiça, de prisões ou hospícios, registros fiscais, de nascimento e morte, obras polêmicas dirigidas contra os marginais de todos os tipos...

mulheres vociferantes, megeras ou históricas, a partir do momento em que falam, gesticulam ou reivindicam direitos. Este “silêncio dos arquivos”, conforme a autora, indica que nos “procedimentos de registro, dos quais a história é tributária”, existe uma seleção documental que privilegia o público, visto como “único domínio direto da intervenção do poder e campo dos verdadeiros valores” (PERROT, 1989, p.10). Neste sentido, muitas décadas atrás Marc Bloch já alertara que

Ao contrário do que parecem por vezes imaginar os principiantes, os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas. A sua presença ou a sua ausência, em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que de maneira alguma escapam à análise, e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercícios de técnicos, respeitam, eles mesmos, ao mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra afinal em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações. (BLOCH, [s.d.], p.65-6)

Um exemplo citado por Michelle Perrot (1989, p.11), são os arquivos criminais descobertos pelos historiadores já há algumas décadas, como depositários de fontes riquíssimas para o conhecimento da vida privada, especialmente no século passado. Segundo a autora, estes arquivos criminais pouco dizem sobre as mulheres, justamente na medida em que o peso destas na criminalidade, era pequeno e decrescente, não em virtude de uma “natureza doce, pacífica e maternal”, mas devido a uma série de práticas que as excluem do campo da vingança ou do confronto.

Porém, se elas estão ausentes numericamente nas fontes criminais, sua presença aumenta quando os registros vêm de outros espaços ligados ao “centro”, como por exemplo, as instituições oficiais de guarda da loucura, os Hospícios. Nos arquivos do *Hospício São Pedro* de Porto Alegre, Rio Grande do Sul³ por exemplo, estatísticas referentes ao século XIX mostram um número proporcional de homens

³ Parte das pesquisas nos arquivos do Hospício São Pedro subsidiou a elaboração da dissertação de mestrado intitulada “Palácio para guardar doidos”: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Ver Wadi (1996).

e mulheres internados no hospício — o número destas superando por vezes o de homens —, neste espaço de reclusão social. Mulheres subversoras da ordem tinham — neste momento histórico — como espaço preferencial de “banimento social”, as instituições de guarda da loucura, pois ao descumprirem papéis sociais, construídos historicamente, não o faziam no mesmo espaço social dos homens. Sua subversão estava na maior parte das vezes, diretamente ligada ao seu próprio corpo ou ao bom cumprimento de funções tidas como naturais — como as de mãe, esposa, dona-de-casa —, que quanto não seguidas, colocavam as mulheres sob a suspeição da loucura.

Neste sentido é importante observar, com Michelle Perrot (*apud* COSTA, 1996, p.67), que “a qualidade da documentação relativa ao sexo feminino é muito variável segundo as épocas de acordo com regiões, temas e assim por diante”. Podemos acrescentar que também é muito variável de acordo com o “lugar” no qual se busca a documentação e o arquivo das instituições que guardaram a loucura, bem o demonstra. Porém, se a quantidade de referências as mulheres — tratadas indistintamente como parte da “legião de loucos”, mas marcadas cotidianamente por sua diferença sexual — é maior, muitas vezes a qualidade de sua presença passa despercebida, pois “Constantemente interpeladas, estimuladas pelas autoridade morais e religiosas, as mulheres são o alvo de um discurso normativo que, insistindo naquilo que deveriam ser, contribui para mascará-las” (PERROT, 1984, p.11)⁴.

Se a maior parte dos “arquivos públicos, olhares de homens sobre homens”, calam quantitativamente as mulheres, o olhar perscrutador, curioso e consciente de pesquisadores faz emergir qualitativamente sua presença. Para Maria Odila Leite da Silva Dias (1984, p.7) a memória social da vida das mulheres vai-se perdendo mais por esquecimento ideológico do que por uma real inexistência de documentos. É verdade, diz a autora, “que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do corpus central do conteúdo explícito”, porém é preciso e é possível “reunir dados muito dispersos” e “esmiuçar o

⁴ No original francês: “Constamment interpellées, exhortées par les autorités morales et religieuses, les femmes sont la cible d’un discours normatif qui, en insistant sur ce qu’elles devraient être, contribue à les masquer.”. Nesta referência de Perrot às autoridades morais e religiosas, é possível incluir os médicos, que sob a capa da ciência enunciam um discurso moralizante.

implícito.” (DIAS, 1984, p.7). Neste sentido, o livro de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* (1984), é um bom exemplo de como reconstruir histórias de mulheres recorrendo as fontes tradicionais, de como reconstruir uma história das “margens” com a utilização de fontes emanadas do “centro”.

Resultado de uma tese de livre-docência, na qual buscou conhecer “os papéis históricos de mulheres de classes oprimidas, livres, escravas e foras, no processo de urbanização incipiente da cidade de São Paulo, entre fins do século XVIII e as vésperas da abolição”, a autora deixa claro no livro que não buscou os papéis sociais normativos, mas sim, “as mediações sociais continuamente improvisadas no processo global de tensões e conflitos, que compõe a organização das relações de produção, o sistema de dominação e de estruturação do poder.” (DIAS, 1984, p.7).

Para reconstruir o cotidiano do ganha-pão de mulheres pobres, precariamente documentado nas fontes escritas, a autora afirma ter se deparado com “fragmentos de discursos e realidades díspares, simultâneas, que se enredam e eludem um ao outro”⁵. De um lado, encontrou “devassas, processos, toda uma legislação repressiva, que não podia ser implementada no dia-a-dia” e de outro “resquícios de uma existência autônoma que se insinuava pela cidade, sem oportunidades de emprego e tendo de improvisar a própria sobrevivência”. Obviamente que o difícil e tortuoso caminho de desvendar o cotidiano das mulheres pobres — “que nem sequer correspondia ao tempo dos sinos das igrejas” — impôs, segundo Dias, “muita reflexão sobre as limitações das fontes escritas para a historiografia social”. Por exemplo, “Useiras de murmurar e reclamar”, estas mulheres “urdiam pequenas transações, numa variedade de acertos e tratos verbais enredados em laços de parentesco, relações domiciliares, entre afins, vizinhas, de que poucos resquícios permaneceram nos documentos, filtrados pela censura de escrivães, alcaides, ordenanças e oficiais de almotacéis.” Certamente muito do clamor, das brigas e do alarido provocado por elas se perdeu na documentação oficial. Mulheres analfabetas, a palavra falada era seu instrumento essencial para garantir a sobrevivência, por isso diz Dias, quando transcritas de modo indireto, ficam necessariamente desvirtuadas, de modo que apenas resvalam pelos documentos.

⁵ Todas as citações deste parágrafo encontram-se entre as páginas 11 e 17 do livro de Dias (1984).

Porém, nos fragmentos que restaram — “ecos surdos das suas tensões e confrontos com o sistema de dominação” —, mesmo que peneirados pela consciência hegemônica das fontes escritas”, existia uma abundância de informações casuais, muito esparsas, mas também muito freqüentes. Nas entrelinhas de documentos oficiais, como a documentação da Câmara ou ofícios diversos dos governadores, foi possível enxergar, diz a autora, “Todo um caleidoscópio de pequenas referências esparsas, pingando em profusão das mais disparatadas fontes” e que atestam a presença ostensiva, porém de modo fragmentário destas mulheres. A reconstrução de seu cotidiano, de seus modos de inserção na sociedade da época, só foi possível através da montagem de um intrincado quebra-cabeças, juntando fragmentos e fazendo colagens.

A questão em torno da existência de documentos para responder à novos problemas, propiciar novas abordagens sobre novos objetos, faz-nos lembrar por outro lado, que o conteúdo do termo documento encontra-se em ampliação desde os fundadores dos *Annales* para quem “A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais.” (Lucien Febvre *apud* Le Goff, 1990, p.540)⁶. Assim, se a pesquisa de Maria Odila Leite da Silva Dias comprova as possibilidades de um novo olhar sobre fontes tradicionais para reconstruir outras histórias que não as tradicionais, Michelle Perrot indica-nos novas possibilidades no terreno dos documentos históricos.

São os arquivos privados, outro *sótão da história*, diz Michelle Perrot (1989, p. 11) que fornecem novas informações para a uma história das mulheres, pois nestes as mulheres se exprimiram de forma mais abundante, sendo até mesmo, suas produtoras, “nos casos em que fizeram as vezes de secretárias da família”. Referindo-se a história francesa reconstruída em suas pesquisas, PERROT (1989, p.11-12) indica algumas fontes — utilizáveis e privilegiadas para trazer à tona

⁶ O texto de Febvre atenta ainda para a seguinte questão “Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreajuda que supre a ausência do documento escrito?” (Lucien Febvre *apud* LE GOFF, 1990, p.540).

as mulheres como personagens históricos⁷: os *livres de raison* (espécie de atas da vida familiar) nos quais preservam os anais do lar, as correspondências familiares cujos escribas habituais são elas, os diários íntimos cujo emprego é recomendado às jovens solteiras pelos confessores e, mais tarde pelos pedagogos, como uma forma de controle sobre si e que “constituem um refúgio de escritos de mulheres, domínio cuja imensidão tudo atesta”. Porém, tais arquivos sofrem constante destruição, muitas vezes, por parte das próprias mulheres, assim, somente seus escombros — hoje preservados graças ao fato de seu interesse ter sido finalmente reconhecido — sugerem sua riqueza.

Para PERROT (1989, p.14), historicamente é “ao mundo mudo e permitido das coisas” mais do que a “uma escrita proibida durante muitos séculos”, que as mulheres confiam sua memória. Porém, não são aos prestigiosos objetos de coleção, que se dedicam as mulheres. Mas sim, a uma matéria mais humilde como roupas e objetos pessoais, bugigangas e presentes recebidos por ocasião de aniversários ou festas, bibelôs trazidos de viagens ou excursões, porta-jóias, caixas e medalhões onde encerram tesouros como mechas de cabelo, jóias de família, miniaturas — que, antes da fotografia, permitiam aprisionar o rosto amado —, ou ainda, fotografias individuais ou de família, em porta-retratos ou em álbuns, álbuns de desenhos ou de cartões-postais que memorizam as viagens. Segundo a autora, as mulheres constroem arquivos e pequenos museus da lembrança feminina, a partir de uma profusão de “nadas” que povoam as cristaleiras, espécies de “herbários da lembrança” (PERROT, 1989, p.13-15).

Descobertas pelo olhar perscrutador e curioso de que falei antes, estas fontes advindas de arquivos privados, não são ainda usadas quantitativamente na pesquisa histórica, pois colocam-se novamente dificuldades a nível de seu tratamento e de sua utilização. Até porque as fontes mais usuais, ou seja, as guardadas pela memória oficial, são tanto mais facilmente encontradas quanto mais facilmente discutidas.

Parece claro hoje, que os fatos e gestos passados relativos as *mulheres como personagens históricos*, não foram aqueles que habitualmente prenderam a atenção dos observadores, daqueles que ocuparam-se em consignar por escrito os chamados fatos históricos.

⁷ Estes tipos de fontes são também encontradas em “arquivos privados” no Brasil, portanto também perfeitamente utilizáveis e privilegiáveis por pesquisadores(as) que, aqui, se dedicam ao tema.

Assim, conforme já observado anteriormente, será difícil encontrá-los registrados nas fontes primárias comumente utilizadas pelos pesquisadores. No entanto, como tentei demonstrar no decorrer deste texto, seguindo o exemplo dos “historiadores dos marginais” ou de Maria Odila Leite da Silva Dias, é possível explorar as fontes mais tradicionais mesmo que nelas o olhar sobre os marginais e/ou sobre as mulheres esteja mediatizado. Neste caso, é necessário decifrar a natureza desta mediação, colocando novas questões e esquadrinhando os interstícios da documentação. Pois a compreensão que documentos jamais falam por si mesmos, que é o ponto de vista daqueles que os utilizam que consegue extrair coisas diferentes e permite reconstruir histórias esquecidas, é uma lição bastante antiga e que não pode ser esquecida.

Outro tipo de documentação, ainda não mencionada neste texto pode ser extremamente importante para reconstruir histórias de mulheres, desta feita em tempos mais próximos. São as fontes orais que nos permitem escutar as silenciadas da história, pois dão voz aos próprios “esquecidos”. Segundo PERROT (1989, p.16), “o desenvolvimento recente da história dita ‘oral’ é de certo modo uma revanche das mulheres”, pois permite recupera-las para a história, resgatando e corrigindo um silêncio secular. Esses textos em geral extremamente saborosos, fazem passar para o outro lado do espelho e, desse ponto de vista, são insubstituíveis. No entanto, as fontes orais não são uma panacéia e como quaisquer outros documentos requerem crítica e elaboração. (LOPES, 1990, p.25).

Restam ainda duas coisas a dizer quanto se quer refletir sobre as possibilidades da documentação para uma história das mulheres. Parece-me, em primeiro lugar, como afirma COSTA (1996, p.67), que .

O problema está menos nas fontes, que por natureza são opacas, do que nas perguntas que são feitas. As dificuldades residem menos na documentação e no olhar do observador que a elaborou do que em alguns pressupostos e preconceitos subjacentes ao olhar contemporâneo que se dirige de uma perspectiva engajada para as mulheres no passado.

Em segundo lugar, é preciso ter claro que retratar o socialmente invisível ou ouvir o inarticulado, como diz Peter Burke (1992, p.26), é um empreendimento mais arriscado do que em geral é o caso na história tradicional.

Neste sentido, o resgate da história das mulheres, além de problematizar as fontes utilizáveis ou privilegiáveis, requer a sua problematização dentro dos limites da disciplina história. Discutir sua legitimidade ou as transformações que pode trazer para o campo do conhecimento histórico, especialmente no que diz respeito a construção de novas categorias de análise, foram tarefas colocadas pelas “pioneiras” desta história e que seguem fazendo parte do cotidiano dos estudiosos que se voltam ao resgate das mulheres como personagens históricos, tarefa esta arriscada como diz Burke, por vezes perigosa mas também extremamente criadora.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Mem Martins: Publicações Europa-América, [s.d.].

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____ (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.7-37.

COSTA, Albertina de Oliveira. Protagonistas ou coadjuvantes: Carlota e os estudos feministas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.96, p.66-70, fev. 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, nº especial, p.373-382, 2º sem. 1994.

_____. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-53.

- FARGE, Arlete. Marginais. In: BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p.514-515.
- LOPES, Eliane M. T. Histoire des femmes: uma revisão bibliográfica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.15, n.2, p.23-32, jul./dez.1990.
- PERROT, Michelle. Preface. In: PERROT, Michelle (Org.). *Une histoire des femmes est-elle possible?* Paris: Rivages, 1984.
- _____. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, n.18, p.9-18, ago./set. 1989.
- SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.261- 290.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p.63-95.
- WADI, Yonissa Marmitt. *"Palácio para guardar doidos": uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, abr.1996.